DA NATUREZA JURÍDICA DA MULTA DO ART. 467 DA CLT: POR UMA RELEITURA

Rafael Leme Macedo¹

Resumo

O presente artigo se dispõe a tratar sobre a natureza jurídica da multa do art. 467 da CLT, analisando sua definição e classificação junto a fenômenos jurídicos correlatos. Estrutura-se sua classificação como um instituto de direito processual, após, como meio de execução indireta, e, finalmente, como multa coercitiva. Por conseguinte, destacam-se os impactos práticos referentes à mudança.

Palavras-chave: multa do art. 467 da CLT; natureza jurídica; astreintes.

Abstract

This article deals with the legal nature of the fine of article 467 of the CLT, analyzing its definition and classification along with related legal phenomena. Its classification is structured as an institute of procedural law, after, as a means of indirect execution, and finally as a coercive fine. Therefore, the practical impacts related to change stand out.

Keywords: fine of article 467 of the CLT; legal nature; astreintes.

Sumário: 1 Introdução. 2. O atual entendimento sobre a natureza jurídica da multa do art. 467 da CLT no âmbito da doutrina e da jurisprudência. 3 Como estabelecer a natureza jurídica de um instituto? A definição da essência e composição da multa do art. 467 da CLT. 4 A classificação como instituto de direito material ou processual. 5 A efetividade do processo e os meios de execução indireta. 6 A multa do art. 467 da CLT como espécie de astreintes. 7 As implicações práticas do reenquadramento da natureza jurídica multa do art. 467 da CLT. 8 Conclusão.

¹ **Rafael Leme Macedo** é graduado pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP). Servidor público do TRT da 18ª Região.

1. Introdução

A doutrina e a jurisprudência costumam debater apenas sobre se a multa do art. 467 da CLT necessita constar como pedido expresso na petição inicial ou se, para julgamento, admite-se a formulação implícita. Não há, contudo, uma construção teórica sobre o porquê de essa multa ser considerada um pedido, pressupondo, portanto, tratar-se de um instituto de direito material.

O presente artigo procura trazer esta construção teórica a partir da definição de sua essência e classificação, esta última a partir do enquadramento junto a fenômenos correlatos, com uma análise progressiva do instituto dos agrupamentos maiores para os menores, propondo uma releitura sobre a sua natureza jurídica, e trazendo as implicações práticas caso seja acatada tal mudança.

2. O atual entendimento sobre a natureza jurídica da multa do art. 467 da CLT no âmbito da doutrina e da jurisprudência

No âmbito doutrinário, a multa do art. 467 da CLT geralmente é tratada dentro do tema da petição inicial, como exceção à regra que determina que o pedido seja expresso e determinado (arts. 840, §1º, da CLT, e 324, do CPC), em decorrência do princípio da extra ou ultrapetição. Junta-se, portanto, aos pedidos de honorários advocatícios, juros e correção monetária, que contam com esta previsão no art. 322, §1º do CPC.

Carlos Henrique Bezerra de Leite diferencia o pedido implícito e o princípio da extrapetição, apontando que, no primeiro caso, há uma relação vinculativa entre o denominado pedido principal e o acessório, enquanto, no segundo, há permissão para que o juiz condene o réu em pedido não considerado acessório (LEITE, 2014, p. 543).

Registra-se apenas que entendemos como termo correto a ser utilizado “ultrapetição”, já que na decisão *ultra petita* o magistrado analisa o pedido da parte, mas, além dele, concede outro não pleiteado. Na decisão *extra petita*, por sua vez, o magistrado não analisa o pedido formulado, analisando um não formulado. Esta última é, também, por essência, uma decisão *citra petita* (DIDIER JR. et al., 2015b, p. 361).

Adotando a linha de se tratar de hipótese de ultrapetição, Wagner D. Giglio:

Caso típico de ultrapetição é a disposição do artigo 467 da CLT: havendo rescisão do contrato individual de trabalho, o empregador deve pagar ao empregado, na data em que comparecerem a juízo, a parcela incontroversa dos salários, sob pena de ser condenado em dobro da quantia pleiteada. (GIGLIO, 1997, p. 69)²

Nesse sentido, também, Mauro Schiavi: “somente em casos excepcionais se admite o julgamento *ultra petita*, como a aplicabilidade de ofício do art. 467 da CLT, e a possibilidade de conversão do pedido de reintegração em indenização” (SCHIAVI, 2018, p. 566).

Infere-se que o Ministro Maurício Godinho Delgado também entende tratar-se de instituto de direito material, pois, ao comentar a inclusão do parágrafo único ao art. 467 por meio de repetidas medidas provisórias, desde a de n. 2.102-26/00, destacou que: “não há prazos especiais para cumprimento do contrato de trabalho em favor dos empregados públicos; há somente prazos processuais em seu favor, que não se confundem com prazos de cumprimento contratual” (DELGADO, 2018, p. 1357).

Por outro lado, no âmbito jurisprudencial, prevalece no c. TST o entendimento de que a condenação ao pagamento da multa do art. 467 da CLT sem previsão expressa na petição inicial viola o princípio da adstrição, incorrendo em nulidade do julgado:

JULGAMENTO EXTRA PETITA. MULTA DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. É defeso ao julgador conhecer de questões não suscitadas e decidir fora dos contornos traçados na petição inicial, nos termos dos artigos 128 e 460 do CPC/73 (141 e 492 do CPC/2015). Não há respaldo legal para a aplicação da multa do art. 467 da CLT de ofício pelo magistrado. Assim, a condenação da reclamada ao pagamento da multa prevista no art. 467 da CLT, independentemente da formulação de pedido na inicial, caracteriza julgamento fora dos limites estabelecidos para a lide. Julgados. No que se refere à multa do art. 477, constata-se que há na petição inicial a causa de pedir, quando a reclamante expressamente declara que as verbas rescisórias não foram pagas pelas reclamadas, contudo, não há o pedido de imposição da multa do art. 477. Assim, constata-se o julgamento extra petita. Recurso de revista a que se dá provimento (ARR-911-79.2011.5.04.0522, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 09/03/2018).³

² Texto com referência à redação anterior da multa do art. 467 da CLT.

³ Outros julgados no mesmo sentido: ARR-63400-31.2013.5.13.0006, 2ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 18/12/2015; RR-6789000-61.2002.5.01.0900, 3ª Turma, Relator Juiz Convocado Ricardo Alencar Machado, DEJT 20/04/2006; RR-592161-22.1999.5.03.5555,

4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 07/05/2004.

Observa-se que, ao longo do tempo, o tema sempre foi tratado de forma *en passant*, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, não havendo uma construção teórica acerca do porquê de a multa do art. 467 da CLT ser considerada um pedido, pressupondo, portanto, tratar-se de um instituto de direito material.

3. Como estabelecer a natureza jurídica de um instituto? A definição da essência e composição da multa do art. 467 da CLT

Para definir a natureza jurídica de um instituto, seguimos a metodologia apontada por Maurício Godinho Delgado, para quem:

A pesquisa acerca da natureza de um determinado fenômeno supõe a sua precisa definição – como declaração de sua essência e composição – seguida de sua classificação, como fenômeno passível de enquadramento em um conjunto próximo de fenômenos correlatos (*ibidem*, p. 81)

A atual redação do art. 467 da CLT permite-nos definir que se trata de uma penalidade, incidente quando o empregador, ao comparecer em audiência para se defender de demanda proposta pelo trabalhador, não paga as verbas rescisórias incontroversas devidas (pressupondo a extinção do contrato de trabalho, portanto), equivalente a 50% do valor devido. A controvérsia apta a gerar sua incidência pode ser parcial, referindo-se a parte dos valores ou das verbas devidas, ou total, referente a todo o montante.

Considerando que o dispositivo dispõe que o empregador deve efetuar o pagamento das verbas, entendemos que se este pagamento for efetuado por um terceiro, ainda que juridicamente interessado, não será afastada a incidência da multa em face do empregador.

Cabe destacar que houve alterações substanciais na redação do dispositivo promovidas pela Lei 10.272/01 (GUNTHER & ZORNIG, 2002).

Em primeiro lugar, a redação original do diploma previa sua incidência apenas quando a extinção do contrato fosse “motivada pelo empregado ou empregador”. Com a retirada da referência, passou a incidir em todas as modalidades de extinção do contrato de trabalho.⁴

⁴ Apesar da crítica da doutrina, o termo “rescisão” e o conseqüente “verbas rescisórias” são utilizados na CLT para referir-se a todas as formas de extinção do contrato de trabalho, e não apenas àquelas decorrentes de nulidade.

Em segundo lugar, mencionava a incidência sobre a parte incontroversa dos “salários”, sendo que a nova regra refere-se a “verbas rescisórias”, findando a divergência se esta teria incidência sobre salário em sentido amplo ou em sentido estrito.

Por “verbas rescisórias”, entendemos que abrangem todas as parcelas que tiverem seu vencimento antecipado pela extinção do contrato. Incluem-se o saldo de salário, o aviso-prévio indenizado, as férias simples e proporcionais com 1/3, o 13º salário do respectivo ano e a multa de 40% do FGTS.

Não se incluem salários atrasados, as férias vencidas (com pagamento da dobra) e o 13º salário de anos anteriores, em razão de seu inadimplemento já ter sido verificado em momento anterior à rescisão contratual, além dos depósitos de FGTS, que são devidos durante todo o contrato.

Em último lugar, houve alteração do valor da penalidade, que antes era da dobra, ou seja, de acréscimo de 100% do valor devido, e atualmente é de acréscimo de 50%.

Por fim, cumpre destacar que a controvérsia descrita pela norma abrange as situações em que não há impugnação específica na contestação (art. 336 do CPC), e também as situações em que não constatada real controvérsia a respeito do inadimplemento, como é o caso da tomadora de serviços que apenas relata que acredita que a prestadora tenha pago as verbas rescisórias ao trabalhador, sem trazer provas quanto a tal fato. Nesse sentido é a jurisprudência do c. TST:

EMBARGOS. ART. 467 DA CLT. CONTROVÉRSIA SOBRE O MONTANTE DAS VERBAS RESCISÓRIAS. CONTESTAÇÃO. MERA ALEGAÇÃO DE QUE A REAL EMPREGADORA QUITOU VERBAS RESCISÓRIAS. A contestação consistente em mera alegação de que as parcelas rescisórias foram pagas pela prestadora de serviços não demonstra a controvérsia necessária para afastar a incidência da penalidade de pagamento de verbas rescisórias incontroversas acrescidas de cinquenta por cento, conforme previsto no art. 467 da CLT. Embargos conhecidos e não providos. (E-RR-559-92.2014.5.05.0133, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 24/03/2017)

4. A classificação como instituto de direito material ou processual

Com sua definição a partir de sua essência e composição, o passo seguinte para estabelecer a natureza jurídica de um instituto é classificá-lo como um instituto de direito material ou de direito processual.

O direito material pode ser conceituado como “o corpo de normas que disciplinam as relações jurídicas referentes a bens e utilidades da vida – direito civil, penal, administrativo, comercial, tributário, trabalhista etc. (GRINOVER et al., 2009, p. 46).

Para Araken de Assis, “a norma substancial disciplina, diretamente, as relações da vida social, inclusive as dos particulares com a Administração determinando condutas e atribuindo bens” (DE ASSIS, 2016, p. 200).

Os institutos que envolvem as relações jurídicas referentes a tais bens e utilidades podem se desenvolver independentemente da existência de um processo.

É o caso, por exemplo, da multa do art. 477, §8º, da CLT, devida quando não há o pagamento das verbas rescisórias no prazo previsto no §6º. Percebendo que o pagamento foi feito de modo intempestivo, o empregador pode, de pronto, efetuar o pagamento da multa ao empregado, sem que haja a necessidade de o empregado ajuizar uma reclamatória trabalhista ou de o empregador ajuizar uma ação de consignação em pagamento.

Ademais, a multa do art. 477, §8º, da CLT pode ser pleiteada em juízo de forma autônoma, sem que haja pedido do pagamento das verbas rescisórias respectivas. A ação pode ter, assim, um único pedido.

Já o direito processual pode ser conceituado como “o complexo de normas e princípios que regem tal método de trabalho, ou seja, o exercício conjugado da jurisdição pelo Estado-juiz, da ação pelo demandante, da defesa pelo demandado” (ibidem).

Araken de Assis destaca que:

A norma processual tem por objeto a aplicação das normas substanciais na resolução da lide em atividade justa e constitucionalmente equilibrada. [...] Elas atribuem poder para avaliar se certa norma jurídica foi violada ou não restaurando a ordem jurídica. É claro que essas normas, por sua vez, também comportam violação – o regime das invalidades, no processo civil, pressupõe essa violação. (ibidem, p. 201)

Como visto, o direito processual não tem razão de ser a menos que se tenha em vista a tutela de direitos (normas secundárias). Isto porque a moderna doutrina de direito processual destaca a natureza instrumental do processo, como um meio de proteção dos direitos materiais. Dessa forma, todos os institutos de direito processual têm uma relação necessária e intrínseca com os direitos materiais postos ou a serem postos em juízo.

O processo, ao ser considerado como um ato jurídico complexo de formação sucessiva (DIDIER JR. et al., 2015, p. 31), pode ser decomposto em diversos atos que se sucedem ao longo do tempo e se desenvolvem entre os diversos sujeitos processuais com o objeto de efetuar a prestação jurisdicional.

Luiz Guilherme Marinoni define atos processuais como “declarações de vontade que visam à criação, modificação ou extinção de situações processuais” (MARINONI et al., 2017a, p. 119).

Fredie Didier Jr. aponta que “o conceito de ato processual deve abranger não só os atos de procedimento, como também os demais atos que interfiram de algum modo na relação jurídica processual” (DIDIER JR. et al., 2015a, p. 373), esclarecendo que “todo ato humano que uma norma processual tenha como apto a produzir efeitos jurídicos em uma relação processual deve ser considerado como um ato processual” (ibidem, p. 374).

É o caso, por exemplo, da multa por litigância de má-fé (instituto da *contempt of court* do direito norte-americano). Trata-se de ato processual ilícito indenizativo, ou seja, uma conduta praticada em desconformidade com o Direito, que tem como efeito jurídico “o surgimento de um dever de indenizar” (ibidem, p. 394).

A multa por litigância de má-fé somente é devida caso caracterizada uma das hipóteses previstas no art. 793-B da CLT, à qual podem se sujeitar o reclamante, o reclamado ou o terceiro interveniente.

Está condicionada à participação do agente em uma demanda, tendo como fato gerador uma conduta realizada dentro do procedimento. Dessa forma, não pode ser pleiteada de forma autônoma, pressupondo a existência de um pedido anterior, sobre o qual, por exemplo, tenha havido alteração da verdade dos fatos.

Todas as multas previstas no ordenamento que possuem como fato gerador um ato processual têm sido consideradas pela doutrina como institutos de direito processual, em razão de sua acessoriedade, podendo ser executadas nos próprios autos em que reconhecidas.

São os casos das multas por lançamento de cotas marginais ou interlineares (art. 202 do CPC), pela não devolução dos autos no prazo estipulado (art. 234, §2º, do CPC), pelo requerimento doloso de citação por edital (art. 258 do CPC), pelo não pagamento voluntário da obrigação (art. 523, §1º, do CPC), multa coercitiva (art. 537 do CPC) e por ato atentatório à dignidade da justiça (art. 774 do CPC).

De acordo com a diferenciação feita acima, é possível estabelecer que a multa do art. 467 da CLT também deve ser classificada como um instituto de direito processual, já que sua incidência pressupõe a participação da parte devedora em um processo, possui natureza acessória, ligando-se de forma necessária e intrínseca ao pedido de pagamento das verbas rescisórias, que deve ser postulado de forma conjunta, podendo ser executada nos próprios autos em que reconhecida.

Entendida como um instituto de direito material, à data do ajuizamento da ação não seria possível estabelecer a existência de interesse de agir na modalidade interesse-utilidade, já não se sabe se a multa será, ao final, devida, ou não.

Ademais, seria necessário o ajuizamento de ação própria formulando tal pedido, não podendo a multa ser executada nos próprios autos.

Isso porque, entendendo-a como direito a uma prestação, só haveria interesse-necessidade para postulação em juízo a partir do momento em que caracterizado o não pagamento voluntário da multa, sob pena de a jurisdição não ser encarada como a última forma de solução do conflito.

Também não se sustenta o fundamento de que a multa é disposta em região topográfica da CLT que trata de direito material, tendo em vista que a Consolidação não possui rigor técnico na separação, trazendo diversos institutos de direito processual em capítulos destinados a tratar sobre direito material.

São exemplos: edição de súmulas e enunciados de jurisprudência (art. 8º, §2º, da CLT), responsabilidade patrimonial do sócio (art. 10-A da CLT), prescrição intercorrente (art. 11-A), assinatura da CTPS do trabalhador pela Secretaria, caso não realizada pelo empregador (art. 39, §1º, da CLT) e valor probatório das anotações (art. 40 da CLT).

5. A efetividade do processo e os meios de execução indireta

O direito de ação foi inicialmente concebido como um direito apenas formal de propor uma ação, havendo um prestígio exagerado à utilização da tutela ressarcitória pelo equivalente no caso de inadimplemento da prestação.

Isto porque, nos modelos liberais burgueses dos sécs. XVIII e XIX, partia-se da premissa de que “todos os direitos eram iguais e de que todas as pessoas tinham as mesmas necessidades” (MARINONI et al., 2017a, p. 281), em uma valorização do princípio da isonomia formal e abstração dos direitos tutelados, além de uma compreensão de ampla proteção ao princípio da liberdade contra o arbítrio estatal, de modo que o devedor não poderia ser compelido ao cumprimento da prestação (ibidem).

É só a partir do sec. XX que o direito de ação passa a ser concebido como um direito à efetiva tutela do direito material, constituindo parte do denominado direito ao processo justo, dirigido em face do Estado.

Desenvolve-se, então, a noção de instrumentalidade do processo, revelando-se “a necessidade de análise do direito material posto em causa para, a partir daí, estruturar-se um processo dotado de técnicas processuais aderentes à situação levada a juízo” (MARINONI et al., 2017b, p. 157).

Nesse sentido, uma das grandes novidades trazidas pelo CPC/15 foi a disposição acerca do princípio da efetividade (art. 4º, parte final). A menção expressa teve a importância de fixá-lo com um dos eixos normativos a partir do qual o processo civil deve ser aplicado, interpretado e estruturado (ibidem, p. 153).

A efetividade, segundo José Carlos Barbosa Moreira, citado por Araken de Assis, compreende os seguintes itens:

- a) o processo deve dispor de instrumentos de tutela adequados, na medida do possível, a todos os direitos (e outras posições jurídicas de vantagem) de cuja preservação ou reintegração se cogita, inclusive, quando indeterminado ou indeterminável o círculo dos eventos sujeitos; b) impende assegurar condições propícias à exata reconstituição dos fatos relevantes, a fim de que o convencimento do julgador corresponda, tanto quanto puder, à realidade; c) em toda a extensão da possibilidade prática, o resultado do processo há de ser tal que assegure à parte vitoriosa o gozo pleno da específica utilidade que faz jus segundo o ordenamento; d) cumpre que se possa atingir semelhante resultado com o mínimo dispêndio de tempo e energias. (DE ASSIS, 2016, p. 91)

Utilizando-se da classificação trinária das sentenças, apenas a sentença condenatória merece tutela executiva, já que as sentenças constitutiva e declaratória bastam por si (MARINONI et. al, 2017a, p. 288), dispensando a prática de atos materiais para efetivá-las.

A tutela executiva pressupõe um conjunto de meios para efetivar a prestação devida, que podem ser divididos em: a) medidas de execução direta, adotadas pela realização de atos que invadem a esfera patrimonial do devedor, substituindo sua vontade para o adimplemento da prestação; e b) medidas de execução indireta, consistentes na utilização de mecanismos coercitivos, de modo a atuar na vontade do devedor para que ele efetue o adimplemento da prestação.

Os mecanismos coercitivos ainda podem ser divididos com base no modo pelo qual esta coerção atua na vontade do devedor:

O estímulo ao cumprimento da prestação pode dar-se pelo temor (p. ex. multa coercitiva, prisão civil do devedor de alimentos, divulgação de notícia em jornal revelando o descumprimento) ou pelo incentivo (p. ex., a chamada “sanção premial” ou sanção positiva, de que é exemplo a isenção de pagamento de custas em caso de cumprimento do mandado monitorio – art. 701, §1º, do CPC). (DIDIER JR. et al., 2017, pp. 51-52)

A multa do art. 467 da CLT deve ser considerada um meio de *execução indireta*, tendo em vista que atua como meio coercitivo na vontade do devedor para a satisfação do direito ao pagamento das verbas rescisórias incontroversas, que já poderiam ser objeto de execução definitiva, com o reconhecimento através de uma decisão antecipada parcial de mérito (art. 356, I, do CPC) ou, antes da vigência do CPC/15, mediante cumprimento provisório de sentença (execução provisória, utilizando a nomenclatura do processo do trabalho) a partir da concessão de uma tutela provisória, ao caracterizar-se a “verossimilhança da alegação” e o “fundado receio de dano irreparável” (art. 273 do CPC/73), por se tratar de *verba de caráter superalimentar* (art. 100, §1º, da CF c/c art. 54, parágrafo único, da Lei 11.101/05).

É importante destacar o avanço da CLT neste ponto, visto que à época da criação do dispositivo sequer havia, na sistemática do processo comum, dispositivos aptos a forçar a satisfação do direito antes da prolação da sentença, visto que a tutela provisória só surgiu com a Lei 6.952/94, que alterou o art. 273 do CPC/73, e a decisão antecipada parcial de mérito surgiu apenas com o CPC/15.

A natureza jurídica coercitiva, no entanto, não é tema pacífico, já que a multa do art. 523, §1º, do CPC, que é o instituto mais próximo da multa do art. 467 da CLT na seara do processo civil, tem sua finalidade controvertida em três correntes: a) caráter punitivo; b) caráter coercitivo; c) caráter misto, coercitivo e punitivo (CARDOSO, 2017).

Discordamos, neste ponto, da conclusão de Luiz Guilherme Marinoni, para quem a multa do art. 523, §1º, do CPC tem caráter punitivo, justificando que “o conteúdo coercitivo que pode ser isolado na multa do art. 523, §1º, do CPC é aquele inerente a toda e qualquer pena, já que o demandado, ao saber que será punido por não observar a decisão judicial, vê-se na contingência de cumpri-la” (MARINONI et al., 2017b, p. 645).

Tal afirmação é uma tautologia, já que toda coerção pressupõe a possibilidade de sanção, e toda possibilidade de sanção impõe uma coerção.

A exemplo, a possibilidade de sanção penal ou civil atua na vontade do agente para o cumprimento de uma prestação de não fazer, diminuindo a incidência da conduta no plano concreto. E, de outro lado, toda pena, ainda que com caráter coercitivo, tem conteúdo punitivo, já que a coercibilidade existe apenas em razão da possibilidade de punição caso a conduta pretendida não seja cumprida.

Logo, toda multa carrega em si os dois conteúdos, de modo que, para que se tenha uma distinção útil ao processo, as multas devem ser classificadas a partir da análise do conteúdo mais intenso. E, nesta senda, o que distingue as finalidades é que a multa de caráter punitivo visa sancionar um ato ilícito, a exemplo da multa por litigância de má-fé, pois os atos elencados no art. 793-B do CPC são considerados ilícitos por violarem os princípios da boa-fé e da lealdade processual.

No caso das multas do art. 467 da CLT e do art. 523, §1º, do CPC, não há ato ilícito praticado, pois a execução pode ser conduzida de outras formas que não pelo pagamento espontâneo, em dinheiro, até porque a parte devedora pode não ter condições de fazê-lo naquele momento. Quando a parte comprova a impossibilidade de efetuar o pagamento de pronto, há, inclusive, quem entenda que a multa possa ser dispensada, a exemplo de Marcelo Abelha Rodrigues e Guilherme Rizzo Amaral, citados por Fredie Didier Jr. (2017, p. 519), ao comentarem a multa do art. 523, §1º, do CPC.

Na verdade, tais institutos têm por finalidade promover uma execução mais célere e menos dispendiosa, que é exatamente o objetivo das *astreintes* destacado pelo referido autor na citação de n. 20, instituto que será tratado com mais propriedade a seguir.

6 A multa do art. 467 da CLT como espécie de *astreintes*

Apesar de parte da doutrina entender que as *astreintes* somente se aplicam na execução de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa, entendemos que o instituto pode ser aplicado também no caso de execução para pagamento de quantia, visto que é a interpretação que melhor se coaduna com o princípio da efetividade da execução, utilizando-se de medida que atinge resultado equivalente ao das medidas de execução diretas, com menor dispêndio de tempo e custos. Esta é a posição de Luiz Guilherme Marinoni, que explica:

[...] o objetivo da multa é dar maior tempestividade e efetividade à realização das decisões judiciais, não há racionalidade em admiti-la apenas em relação às decisões que determinam fazer, não fazer ou entrega de coisa. No caso de soma em dinheiro, a multa, além de “livrar” a administração da justiça de um procedimento oneroso e trabalhoso e beneficiar as partes com a eliminação dos custos e dos entraves da execução por expropriação, confere à tutela antecipada a tempestividade necessária para que ela possa dar efetiva proteção ao direito material e, assim, realizar o direito fundamental à tutela jurisdicional. (MARINONI et al., 2017a, pp. 139-140)

Além disso, a restrição na utilização da medida às obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa ensejaria um tratamento privilegiado aos seus credores, o que pode ser considerado uma violação ao princípio da isonomia, de acordo com Marcelo Lima Guerra, citado por Rafael Caselli Pereira (2018, p. 123), visto que a demora na prestação jurisdicional reflete na efetividade da tutela do direito.

Tampouco entendemos que as *astreintes* se restringem à multa que possua natureza periódica,⁵ já que, a partir do conceito de meios de execução indireta estabelecido no capítulo anterior, é possível depreender que as *astreintes* não se resumem a esta modalidade, abrangendo todas as multas cominatórias que ajam como meio coercitivo visando que o devedor cumpra determinada prestação.

⁵ A exemplo de Alexandre Freitas Câmara, citado por Rafael Caselli Pereira, para quem “a *astreinte* pode ser caracterizada como uma multa periódica, imposta pelo juiz em função da demora no cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, com o principal objetivo de pressionar psicologicamente o devedor a cumprir sua prestação” (PEREIRA, 2016, p. 31).

Assim, adotamos no presente artigo o conceito proposto por Rafael Caselli Pereira, para quem as *astreintes* constituem:

Medida coercitiva protagonista do CPC/2015, de caráter acessório e com a finalidade de assegurar a efetividade da tutela específica, na medida que municia o magistrado com um meio executivo idôneo a atuar sobre a vontade psicológica do devedor, em detrimento do direito do credor e da autoridade do próprio Poder Judiciário. Sua incidência pode dar-se por qualquer medida de tempo (ano, mês, quinzena, semana, dia, hora, minuto segundo) ou por quantidade de eventos em que a medida é descumprida, desde o dia em que se configurar o descumprimento, e incidirá enquanto a decisão não for cumprida. (ibidem, p. 34)

A multa do art. 467 da CLT deve ser caracterizada como espécie de *astreintes* tendo em vista se tratar de uma multa coercitiva que tem como finalidade assegurar o pagamento das verbas rescisórias pelo réu.

Possui, no entanto, duas singularidades que a destacam da regra geral.

A primeira, de ela já possuir valor predeterminado pela lei (50% das verbas rescisórias incontroversas).

As *astreintes*, como regra, não possuem limite prévio,⁶ devendo apenas o valor ser “suficiente e compatível com a obrigação” (art. 537, *caput*, do CPC), apresentando razoabilidade e proporcionalidade em relação ao bem da vida a ser resguardado.

A segunda é a de impossibilidade de fixação de prazo, pelo juiz, para adimplemento da prestação, que já é fixado de plano pela lei (até a data de comparecimento em audiência) independentemente do montante das verbas devidas.

⁶ Nesse sentido Alexandre Freitas Câmara, Fernando Noronha, José Carlos Barbosa Moreira e Luiz Guilherme Marinoni, todos citados por Rafael Caselli Pereira (2018). O fundamento seria a distinção entre multa cominatória e cláusula penal. A análise mais detida é feita às páginas 102-113. No âmbito do STJ, há controvérsia quanto ao tema, a exemplo do AgRg no REsp 1415647/SP, 2ª Turma, julgado em 18/12/2014, em que a multa foi limitada ao valor da obrigação principal. No C. TST, entretanto, o posicionamento é pacífico no sentido de inexistência de limite, conforme se observa dos seguintes julgados: AgR-E-ED-RR - 509500-07.2005.5.09.0673, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 21/03/2019, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 29/03/2019; E-ED-RR - 1400-14.2005.5.15.0040, Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 11/12/2015; RR-654-13.2013.5.03.0037, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 23/08/2019; Ag-AIRR-10560-90.2015.5.03.0058, 7ª Turma, Relator Desembargador Convocado Roberto Nobrega de Almeida Filho, DEJT 01/07/2019; RR-2174-66.2011.5.03.0008, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 23/08/2019.

As diferenças se justificam tendo em vista que a lei já delimitou o bem jurídico tutelado, de modo que já estabeleceu a relação de proporcionalidade na fixação do prazo e valor da multa a fim de se evitar o enriquecimento sem causa do credor, tal qual ocorre com a multa do art. 523, §1º, do CPC.

7. As implicações práticas do reenquadramento da natureza jurídica multa do art. 467 da CLT

Neste último item, pretendemos destacar as implicações práticas caso adotada a tese de que a multa do art. 467 da CLT possui natureza jurídica de *astreintes*.

Em primeiro lugar, a desnecessidade de indicação de seu valor na inicial (arts. 840, §1º e 852-B, I, da CLT), visto que não se trata de pedido, ou seja, não se trata de um direito material postulado em juízo, conforme diferenciação feita no item 3.

Em segundo lugar, a possibilidade de deferimento de ofício pelo juiz, tendo em vista que cabe a ele “determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente” (art. 536, *caput*, do CPC). No art. 537 do CPC, há previsão de que a multa coercitiva pode ser aplicada independentemente do requerimento da parte.

Conforme tratado no item 5, não obstante tais dispositivos constarem no capítulo VI do Código, que trata sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa, a multa coercitiva também é aplicável às prestações de pagar quantia, aplicando-se o dispositivo em uma interpretação extensiva.

Em terceiro lugar, entendemos que sobre esta não haverá incidência de honorários advocatícios de sucumbência, já que a sucumbência se dá, tão somente, quanto aos pedidos, não havendo que se falar em “vencedor” e “vencido” quanto às multas aplicadas processualmente.

Veja-se que o art. 85, §2º, do CPC, ao dispor que os honorários serão calculados sobre “o valor da condenação” e “valor atualizado da causa”, utiliza como base de cálculo os pedidos postulados (direito material), não abrangendo a multa coercitiva, que possui natureza processual.

O termo “proveito econômico obtido”, da mesma forma, deve ser interpretado de forma a considerar tão somente o direito material discutido, não abrangendo as multas processuais.

Ademais, o art. 85, §12, do CPC aponta que os honorários recursais são cumuláveis com multas e outras sanções processuais, o que permite inferir que os primeiros não incidem sobre os últimos, sob pena de *bis in idem*.

Em uma interpretação lógico-sistemática, a mesma solução deve ser dada no âmbito do processo do trabalho, de modo que a disposição do art. 791-A da CLT, de que incidem “sobre o valor que resultar da liquidação da sentença”, alcança tão somente os pedidos (direito material), sob pena de haver incongruência com o outro parâmetro estabelecido, que é “o valor da causa”, e tratamento não isonômico entre as partes litigantes.

Há previsão nesse sentido proferida pelo c. STJ ao tratar da multa do art. 523, §1º, do CPC:

RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA. ART. 523 DO CPC/2015. INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA DÍVIDA. NÃO INCLUSÃO DA MULTA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a definir se a verba honorária devida no cumprimento definitivo de sentença a que se refere o § 1º do art. 523 do CPC/2015 será calculada apenas sobre o débito exequendo ou também sobre a multa de 10% (dez por cento) decorrente do inadimplemento voluntário da obrigação no prazo legal. 3. A base de cálculo sobre a qual incidem os honorários advocatícios devidos em cumprimento de sentença é o valor da dívida (quantia fixada em sentença ou na liquidação), acrescido das custas processuais, se houver, sem a inclusão da multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento da obrigação dentro do prazo legal (art. 523, § 1º, do CPC/2015). 4. Recurso especial provido (RESP Nº 1.757.033 – DF, 3ª Turma, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Julgamento em 09/10/2018).

Destaco, no entanto, que há entendimento doutrinário no sentido de incidência dos honorários advocatícios na multa coercitiva, justamente com base no termo “proveito econômico obtido”, bem como no critério de “trabalho realizado pelo advogado e tempo exigido para o seu serviço” constante no art. 85, §2º, IV, do CPC (PEREIRA, 2018., p. 201).

Em quarto lugar, não há que se falar em aplicação dos juros moratórios à multa do art. 467 da CLT (1% ao mês a partir do ajuizamento da ação – art. 39, §1º, da Lei 8.177/91), tendo em vista que tanto a multa coercitiva quanto os juros moratórios, segundo Humberto Theodoro Jr.

(2019, p. 200), servem de “sanção pelo retardamento do cumprimento da obrigação”, de modo que a cumulação configuraria *bis in idem*. Nesse sentido também já decidiu o C. STJ:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA DIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS LEGAIS. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. ARTS. ANALISADOS: 461, § 4º, CPC; 395, CC/02; 1º, LEI 6.899/1981. [...] 2. A controvérsia reside em definir se sobre a multa prevista no § 4º do art. 461 do CPC incidem juros de mora legais e correção monetária e, em caso positivo, o termo inicial para sua exigibilidade. 3. O poder de intimidação refletido no valor arbitrado pelo Juiz a título de multa diária, nos termos do § 4º do art. 461 do CPC, deve ser preservado ao longo do tempo – e, portanto, corrigido – a fim de que corresponda, desde então, à expectativa de ser o suficiente para a obtenção da tutela específica. Assim, a partir de sua fixação, o contexto apresentado para o devedor tem de revelar, sempre, que lhe é mais interessante cumprir a obrigação principal que pagar a multa. 4. O termo inicial de incidência da correção monetária sobre a multa do § 4º do art. 461 do CPC deve ser a data do respectivo arbitramento, como ocorre nas hipóteses de dano moral (Súm. 362/STJ). 5. Não incidem juros de mora sobre a multa imposta pelo descumprimento de obrigação de fazer, sob pena de configurar *bis in idem*. 6. Recursos especiais conhecidos; provido parcialmente o do primeiro recorrente e desprovido o do segundo. (REsp 1327199/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 22/04/2014, DJe 02/05/2014)

Em quinto lugar, a multa poderá ser afastada quando, em sede de embargos à execução, a parte devedora comprovar que, até o momento da audiência, estava impossibilitada de efetuar o pagamento.

Nesse sentido, seria mantido o entendimento da Súmula 388 do TST, mas não em razão da exclusão do pagamento de multas administrativas pela massa falida, previsão contida no art. 23 do Decreto-lei 7.661/45, dispositivo não mais vigente e não reproduzido na Lei 11.101/05, mas sim em razão de a massa falida estar impedida de saldar qualquer título fora do juízo de falência, devendo ainda observar a ordem do art. 83 da Lei 11.101/05.

Em sexto lugar, diretamente relacionado ao item anterior, a impossibilidade de aplicação à Fazenda Pública, tendo em vista que o pagamento da dívida, ao final, será processado por meio de ordem de requisição de pequeno valor ou pela expedição de precatório. Veja-se que o capítulo do CPC que trata do cumprimento de sentença de pagar quantia certa pela Fazenda Pública não prevê o pagamento de multa coercitiva, promovendo-se

a expedição de precatório ou a ordem de requisição de pequeno valor após a análise da impugnação da execução ou quando estas são ausentes. Além disso, o art. 534, §2º, do CPC é expresso quanto à vedação.

A impossibilidade de condenação alcança até mesmo os casos em que há reconhecimento da responsabilidade subsidiária da Fazenda Pública, visto que a multa só deve ser dirigida ao executado que puder efetivamente cumprir a prestação, a exemplo do que já ocorre nos casos em que o magistrado fixa multa caso não haja a assinatura da CTPS do trabalhador pela real empregadora. Não se aplica o teor da Súmula 331, VI, do TST, portanto.

Em último lugar, por se tratar de instituto de direito processual, a multa deveria ser aplicada até mesmo nas relações excluídas da CLT, como é o caso dos domésticos e dos rurais (art. 7º, “a” e “b”, da CLT), pois tal exclusão referia-se apenas aos dispositivos de direito material.

Atualmente, a questão se encontra superada em razão da previsão nos dois diplomas sobre a aplicação subsidiária do regramento da CLT (art. 19 da LC 150/15 e art. 1º da Lei 5.889/73).

8. Conclusão

Pelo exposto, procuramos demonstrar que a multa do art. 467 da CLT é instituto de natureza processual, em razão de ter como fato gerador um ato de procedimento e visar à tutela de um direito material, que são as verbas rescisórias.

E, neste aspecto, trata-se de multa coercitiva, já que age, na forma de temor, na vontade do devedor, a fim de que seja adimplida a prestação. Não possui caráter punitivo tendo em vista que sua finalidade essencial não é de sancionar um ato ilícito.

As *astreintes*, como visto, não devem ser limitadas às prestações de fazer, não fazer ou de entregar coisa certa, devendo abranger também as prestações de pagar quantia, tendo em vista se tratar de meio que garante a efetividade da execução, com menos dispêndio de tempo e de custos.

As *astreintes* abrangem não só as multas periódicas como as fixas, tendo em vista que nas últimas o legislador já aplicou a razoabilidade e a proporcionalidade para resguardar o bem jurídico tutelado.

E a classificação como *astreintes* gera inúmeros impactos, como a desnecessidade de indicação do valor na inicial, a possibilidade de deferimento de ofício pelo juiz e não incidência de juros de mora e de honorários advocatícios sucumbenciais sobre a multa, dentre outros pontos destacados.

Referências

CARDOSO, Oscar Valente. Aspectos polêmicos da multa do art. 523, §1º, do CPC/2015: natureza jurídica, termo inicial e cumprimento provisório. *Revista Eletrônica AJUFESC*, 7ª ed., 2017.

DE ASSIS, Araken. *Processo Civil Brasileiro: parte geral: fundamentos e resolução de conflitos*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: Editora LTr, 2018.

DIDIER JR., Fredie et al. *Curso de Direito Processual Civil: execução*. 7ª ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2017.

_____. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito civil, parte geral e processo de conhecimento*. 17ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2015a.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória*. 10ª ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2015b.

GIGLIO, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*. 10ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Teoria Geral do Processo*. 25ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

GUNTHER, Luiz Eduardo; ZORNIG, Cristina Maria Navarro. O novo artigo 467 da CLT. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 68, n. 3, jul.-dez. 2002, pp. 221-228.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 12ª ed. São Paulo: Editora LTr, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Processual Civil: tutela dos direitos mediante o procedimento comum*. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017a.

_____. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. 3ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2017b.

PEREIRA, Rafael Caselli. *A multa judicial (astreinte) e o CPC/2015*. 2ª ed. rev. e atual. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2018.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: execução forçada, processo nos tribunais, recursos, direito intertemporal*. 52ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. 13ª ed. São Paulo: Editora LTr, 2018.